

Notícias do dia 04 de agosto



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS



Sumário

Número de notícias: 6 | Número de veículos: 5

O POPULAR - GO - OPINIÃO
TCE - GO

Concurso - GIRO 3

O POPULAR - GO - VIDA URBANA
TCE - GO

Paço busca modelo para Eixão 4

DAQUI - GO - GERAL
TCE - GO

Aeromóvel vira opção para eixo anhanguera 6

NTH - NOTÍCIA TODA HORA - GO - PODER
TCE - GO

Alego vota pacote de matérias de deputados na próxima semana 7

A REDAÇÃO - GO - ÚLTIMAS NOTÍCIAS
TCE - GO

IHGG e compromissos com a sociedade 9

O POPULAR ONLINE - GO - GIRO
TCE - GO

Concurso - GIRO 11

Concurso - GIRO

Caio Henrique Salgado

CONCURSO - O **TCE-GO** decidiu criara bandeira da instituição. A participação é livre para qualquer interessado da sociedade e está prevista premiação em dinheiro. As inscrições foram abertas na segunda (1).

TEM MAIS - O TCE também abriu seu segundo concurso de fotografias, voltado apenas para seus funcionários.

Site: <https://opopular.com.br/digital/04-agosto-2022/1o-caderno>

Paço busca modelo para Eixão

Obras de restauração de pavimento da Avenida Anhanguera, no Centro de **Goiânia**, estão em andamento

Enquanto realiza a reforma no pavimento asfáltico da Avenida Anhanguera por decisão judicial, a Prefeitura de **Goiânia** tem analisado projetos e propostas para a revitalização total da via programada para 2023. Os técnicos do Paço Municipal já possuem ao menos quatro modelos de transporte coletivo público de massa para a implantação em conjunto com a requalificação urbana dos 14 quilômetros da avenida. No entanto, uma decisão sobre o espaço passa por um acordo com o Estado de **Goiás**, que detém a concessão do Eixo Anhanguera com a Metrobus.

A última busca da prefeitura para analisar sua implantação no Eixão é do aeromóvel. Uma viagem de representantes das secretarias municipais de Infraestrutura, Relações Institucionais e Mobilidade a Porto Alegre (RS) no final de maio contou com a presença do Ministério de Desenvolvimento Regional (MDR) para verificar o funcionamento do modal na capital gaúcha. O aeromóvel é um tipo de veículo leve elevado em plataformas suspensas a 12 metros de altura, que se locomove através de trilhos e com propulsão de ar. É necessário o uso de energia elétrica para o funcionamento de ventiladores estacionários que criam o ar.

O modal é de tecnologia brasileira e a vantagem seria ter a possibilidade de um alargamento das vias, já que o espaço junto ao solo é menor. Com isso, ao nível do chão, poderia haver a implantação de calçadas mais largas ou o aumento das faixas para os veículos particulares sem o incômodo ao transporte coletivo. A estimativa é que a instalação do modelo ao longo do Eixão custe cerca de R\$ 1 bilhão, mas haveria um menor custo de manutenção a longo prazo. No entanto, neste valor não estaria contabilizada a requalificação do restante da Avenida Anhanguera.

A Secretaria Municipal de Relações Institucionais garante que a viagem realizada à Porto Alegre "teve caráter técnico para conhecer o sistema de gerenciamento de modais de transporte" e que as informações "servirão, em um futuro próximo, para aplicação em projetos de infraestrutura e mobilidade na nossa capital". O POPULAR apurou que o Paço Municipal pretende fazer uma grande obra na Avenida Anhanguera, mas é necessário que o governo estadual opte por devolver a concessão do Eixo para a Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos

(CMTC), o que já é permitida pela lei que remodelou o sistema em dezembro de 2021.

Ao longo do ano passado, o Paço busca modelos a serem aplicados na avenida. Antes do aeromóvel, o Paço já chegou a verificar projetos como a instalação do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), que assim como o aeromóvel se locomove a 80 quilômetros por hora (km/h). No entanto, a análise financeira do projeto demonstrou que a sua implantação atualmente, nos mesmos moldes do projeto de 2014 no governo Marconi Perillo (PSDB), chegaria a R\$ 2,3 bilhões. Naquela época, o custo era calculado em R\$ 1,4 bilhão. A dificuldade em obter essa verba é o que mais dificulta a continuidade do projeto, que teria investimento do governo federal.

Elétricos

O governo estadual, por outro lado, mantém a intenção de colocar apenas os ônibus elétricos rodando pelo Eixo Anhanguera. A Metrobus divulgou edital em abril para a locação de 114 ônibus ao custo de R\$ 1,46 bilhão em contrato previsto para durar 16 anos. O **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)** questionou o processo, que foi suspenso em junho. De acordo com a concessionária, "a Metrobus ainda não recebeu o retorno do **TCE** para poder realizar o processo licitatório da contratação dos ônibus elétricos que vão atender os usuários do Eixo Anhanguera".

Sobre o futuro do Eixo Anhanguera em 2023, a Metrobus informa que "a discussão operacional do Eixo hoje concentra-se nos ônibus elétricos e não mais num projeto de Veículo Leve sobre Trilhos (VLT)". Secretário da Secretaria Geral de Governo do Estado de **Goiás** (SGG), Adriano da Rocha Lima, garante que o Veículo Leve sobre Pneus (VLP), com uso de energia elétrica, é o modelo escolhido pelo governo para o futuro da Avenida Anhanguera. "A gente já discutiu modelos com a prefeitura sim, mas para a gente está pacificado com o uso dos ônibus elétricos", diz.

Ele afirma que a entrega da concessão do Eixo para a CMTC, juntamente com as ações da Metrobus, é algo que será feito, mas não de forma urgente. Ele ressalta, porém, que isso não altera a participação do Estado na decisão sobre o futuro do Eixão, já que o governo também faz parte do órgão metropolitano, na mesma proporção que o Paço Municipal. Ele conta que já há um projeto de revitalização da Avenida Anhanguera

que deve ser feito no próximo ano, além da requalificação asfáltica que está em andamento.

O custo é orçado em cerca de R\$ 500 milhões e inclui e renovação das calçadas e vias, além de colocação de trechos para bicicletas e reforma e modernização dos terminais de transporte coletivo. "O Estado quer participar disso, inclusive com recursos, e estamos conversando sobre como executar isso."

Site: <https://opopular.com.br/digital/04-agosto-2022/1o-caderno>

Aeromóvel vira opção para eixo anhanguera

A Prefeitura de **Goiânia** tem analisado projetos e propostas para a revitalização total da Avenida Anhanguera, programada para o ano que vem. Os técnicos do Paço Municipal já possuem ao menos quatro modelos de transporte coletivo público de massa para a implantação em conjunto com a requalificação urbana dos 14 quilômetros da avenida. No entanto, uma decisão sobre o espaço passa por um acordo com o Estado de **Goiás**, que detém a concessão do Eixo Anhanguera com a Metrobus.

A última busca da prefeitura para analisar sua implantação no Eixão é do aeromóvel. Uma viagem de representantes das secretarias municipais de Infraestrutura, Relações Institucionais e Mobilidade a Porto Alegre (RS), no final de maio, contou com a presença do Ministério de Desenvolvimento Regional (MDR) para verificar o funcionamento do modal na capital gaúcha.

O QUE É O aeromóvel é um tipo de veículo leve elevado em plataformas suspensas a 12 metros de altura, que se locomove através de trilhos e com propulsão de ar. É necessário o uso de energia elétrica para o funcionamento de ventiladores estacionários que criam o ar.

O modal é de tecnologia brasileira e a vantagem seria ter a possibilidade de um alargamento das vias, já que o espaço junto ao solo é menor. Com isso, ao nível do chão, poderia haver a implantação de calçadas mais largas ou o aumento das faixas para os veículos particulares sem o incômodo ao transporte coletivo. A estimativa é que a instalação do modelo ao longo do Eixão custe cerca de R\$ 1 bilhão, mas haveria um menor custo de manutenção a longo prazo. No entanto, neste valor não estaria contabilizada a requalificação do restante da via.

Antes disso, o Paço já chegou a verificar projetos como a instalação do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), que assim como o aeromóvel se locomove a 80 quilômetros por hora (km/h). No entanto, a análise financeira do projeto demonstrou que a sua implantação atualmente, nos mesmos moldes do projeto de 2014 no governo Marconi Perillo (PSDB), chegaria a R\$ 2,3 bilhões. Naquela época, o custo era calculado em R\$ 1 bilhão. A dificuldade em obter essa verba é o que mais dificulta a continuidade do projeto, que teria investimento do governo federal.

ÔNIBUS ELÉTRICOS O governo estadual, por outro lado, mantém a intenção de colocar apenas os ônibus

elétricos rodando pelo Eixo. A Metrobus divulgou edital em abril para a locação de 114 ônibus ao custo de R\$ 1,46 bilhão em contrato previsto para durar 16 anos. O Tribunal de Contas do Estado (T-CE-GO) questionou o processo, que foi suspenso em junho.

De acordo com a concessionária, "a Metrobus ainda não recebeu o retorno do **TCE** para poder realizar o processo licitatório da contratação dos ônibus elétricos que vão atender os usuários do Eixo Anhanguera". Procurada, a Metrobus informa que "a discussão operacional do Eixo hoje concentra-se nos ônibus elétricos".

Site: <https://daqui.opopular.com.br/digital/04-agosto-2022/daqui-go>

Alego vota pacote de matérias de deputados na próxima semana

Com trabalhos conduzidos pelo presidente Lissauer Vieira (PSD), o Plenário do Legislativo goiano retomou as suas atividades, na tarde desta terça-feira (2) após o fim do recesso parlamentar do mês de julho.

A sessão seguiu ritos regimentais, como a leitura de matérias do Expediente, e a apresentação de projetos e requerimentos por parte dos parlamentares. Em seguida, o presidente anunciou a transferência da pauta da Ordem do Dia, contendo 88 matérias, a maioria assinada por deputados, para a próxima terça-feira (9).

Ao justificar a decisão, Lissauer chamou a atenção para o prazo estabelecido pela Justiça Eleitoral para a realização das convenções partidárias, período em que todas as legendas devem oficializar a escolha de seus candidatos.

"Retornando os trabalhos, após o período de recesso, e compreendendo que todos os deputados da **Alego** estarão em convenções partidárias, ao longo de toda essa semana, vamos transferir a pauta da Ordem do Dia. Sabemos que o prazo das convenções vence na próxima sexta-feira, 5, e entendemos a correria de todos em prol das definições eleitorais", informou o presidente.

Mesmo se tratando de um semestre em que parte dos esforços dos deputados estaduais estará concentrada na campanha eleitoral (com início oficial em 16 de agosto), os trabalhos da Assembleia Legislativa continuarão sendo realizados, dentro e fora das dependências da Casa.

A Mesa Diretora dessa 19ª Legislatura reforça a responsabilidade e o compromisso de todos os parlamentares goianos com os anseios da população do estado, os quais se empenharão para continuar garantindo políticas públicas em benefício dos municípios.

A sessão ordinária híbrida da próxima terça-feira, 9, terá início às 15 horas, no plenário Iris Rezende do Palácio Maguito Vilela. Os trabalhos poderão ser acompanhados pela população e imprensa pela TV **Alego** (canais 3.2 da TV aberta, 8 da NET Claro e 7 da Gigabyte Telecom), pelo site oficial do Parlamento (portal.al.go.leg.br) e, ainda, pelo canal do Youtube.

Pauta prévia

Poderão ser votadas na sessão ordinária da próxima terça-feira, 9, matérias de deputados e do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**. Nesse segundo semestre, os parlamentares continuarão realizando as sessões em formato híbrido.

Constam da pauta prévia da Ordem do Dia 88 projetos de autoria parlamentar, sendo 37 em fase de apreciação definitiva e 49 em primeira etapa de votação. Há, também, um projeto de autoria parlamentar em fase de discussão e votação única e outro com parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ). E, ainda: uma matéria relativa à prestação de contas do **TCE-GO**, referente ao exercício de 2018.

Dentre as matérias de autoria parlamentar, poderá ser aprovado, em definitivo, o reconhecimento do artesanato produzido com Capim do Brejo, no município de Serranópolis, como Patrimônio Cultural Imaterial de **Goiás**.

A propositura, de autoria do deputado Delegado Eduardo Prado (PL), consta do processo legislativo de nº 5980/21. Outra proposta do parlamentar, também voltada ao reconhecimento como patrimônio goiano, trata-se do açafraão, produzido no município de Mara Rosa. O texto está protocolado no processo de nº 4501/21.

Ao defender a importância do reconhecimento do capim do brejo como patrimônio, Prado ressalta a aplicação da matéria prima e importância do artesanato para o município, além de assinalar onde a mesma é produzida e a forma de coleta.

"Serranópolis, localizado no Sul de **Goiás**, a 380 quilômetros da Capital, encanta por sua história, belezas naturais e pelo artesanato produzido com capim do brejo", pontua.

O capim do brejo é material conhecido pela população da região e utilizado há gerações na cobertura de casas e confecções de objetos, como balaios e cestos. "Os moradores do município afirmam que, quando não se tinha plástico e nem papel, era do capim, abundante nas áreas alagadas, que se fazia o necessário", conta Eduardo.

Ao argumentar sobre a necessidade do reconhecimento do açafião, o legislador assinala a importância econômica para a região, além de ressaltar as propriedades para saúde e aplicações na indústria.

Pertencente à espécie cúrcuma longa, originária da Índia, o açafião é aplicado na indústria de alimentos em temperos, mostarda, condimentos, massas, molhos, margarinas, entre outros. "O produto também possui substâncias oxidantes, antimicrobianas e corantes com aplicabilidade nas indústrias cosmética, têxtil e farmacológica", acrescenta Prado.

A produção anual da raiz em Mara Rosa é de cerca de 5 mil toneladas em 250 hectares de área plantada. Segundo a Cooperativa de Produtores de Açafião de Mara Rosa (Cooperaçafião), estima-se que 200 agricultores vivam da cultura, com geração de 800 empregos diretos. A região é responsável por cerca de 90% da produção goiana, representando 26% da produção nacional.

Saúde infantil

Também poderão ser votadas, em fase definitiva, matérias voltadas ao bem-estar das crianças. De autoria do deputado Bruno Peixoto (UB), a proposição de nº 7483/19 tem o objetivo de tornar obrigatória a realização do teste do bracinho em crianças a partir de três anos. A medida visa assegurar a identificação de quaisquer problemas relacionados à hipertensão arterial e à sua alteração e, ainda, a realização do tratamento adequado.

Outra propositura visa instituir o Programa de Higiene Bucal no Currículo Escolar do Ensino Infantil e Fundamental na Rede Pública de **Goiás**. A iniciativa tem o objetivo de auxiliar na diminuição de um dos problemas que afligem a população, desde crianças a adultos, que é o descuido com a saúde da boca e dos dentes.

O texto é de autoria do deputado Wagner Neto (PRTB) e se encontra protocolado sob o processo legislativo de nº 3965/19. Na matéria, o proponente acentua a comprovação de que o desenvolvimento de projetos de higiene bucal, por meio de fluoretação e escovação, trazem significativos resultados de excelente aproveitamento.

Cooperativismo

Dentre as proposições que poderão ser votadas em segunda fase está a de nº 0901/22, que objetiva promover o avanço do setor cooperativista em **Goiás**. A matéria, assinada pelo presidente da **Alego**,

Lissauer Vieira (PSD), faz alterações na Lei nº 15.109, de 2 de fevereiro de 2005, a Lei nº 18.364, de 10 de janeiro de 2014, e a Lei nº 20.787, de 3 de junho de 2020.

A propositura estabelece as diretrizes e os objetivos para o cooperativismo, com um conjunto de regras voltadas para o incentivo à atividade cooperativista e ao seu desenvolvimento em **Goiás**. A iniciativa tem a finalidade de criar um conjunto de atividades que serão exercidas pelo poder público e instituições privadas, que beneficiarão, direta ou indiretamente, todos os ramos do setor cooperativista no desenvolvimento social, econômico e cultural.

Para mais informações sobre as matérias que devem ser apreciadas na sessão ordinária da próxima terça-feira, 9, acesse a pauta prévia.

Site: <https://noticiatodahora.com.br/2022/08/04/alego-vota-pacote-de-materias-de-deputados-na-proxima-semana/>

IHGG e compromissos com a sociedade

O Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, congênere estadual do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), foi fundado em 7 de outubro de 1932, no Palácio da Instrução, cidade de Goiás, sendo posteriormente transferido para Goiânia, ocupando desde 1939 o prédio que presentemente se denomina " Casa Rosada de Goiânia ", após sua restauração pela atual gestão.

Inicialmente concebido por Antônio Americano do Brasil (1892-1932), mas concretizado segundo idealização do professor José Honorato da Silva e Souza (1898-1952), o IHGG é uma associação civil, com personalidade jurídica de direito privado, de caráter cultural e científico, sem fins lucrativos.

Reconhecido de utilidade pública estadual pelo Decreto-Lei nº 1.202, de 08.04.1939, e de utilidade pública municipal pela Lei Municipal nº 8.170, de 5 de julho de 2003, o IHGG "tem por finalidade precípua constituir-se em guardião da memória histórica e geográfica de Goiás, parte integrante e relevante da memória cultural brasileira", de acordo com seu Estatuto. A princípio, fundado apenas como uma congregação de sócios, sem numeração de cadeiras, posteriormente adotou o conceito da Academia Francesa, com cadeiras, patronos e patronas, e respectivos ocupantes, sucedidos após a morte do titular.

Atualmente a instituição é formada por oitenta cadeiras, com seus patronos, patronas, sócios e sócias titulares, sendo que, hoje, se completam 50 cadeiras ocupadas, com a posse dos 18 novos membros.

A esses, somam-se os sócios eméritos - promovidos após 20 anos de contribuição ao IHGG como sócios titulares -, além dos sócios beneméritos, honorários, correspondentes e correspondentes internacionais, perfazendo cerca de 140 membros, no total. Os decanos da instituição são o escritor e folclorista Bariani Ortêncio, e a escritora e historiadora Ana Braga, ambos com 99 anos.

Ao longo de seus 90 anos, o IHGG contou com inúmeros sócios titulares, não apenas geógrafos e historiadores - como a denominação poderia sugerir -, mas também advogados, economistas, jornalistas, musicistas, geólogos, antropólogos, agrônomos, médicos, enfermeiras, arquitetos, professores, juizes de direito e desembargadores, promotores de justiça e procuradores, poetas, naturalistas, artistas plásticos,

memorialistas, educadores, clérigos, e outros que contribuíram com suas pesquisas, livros, trabalhos acadêmicos, ou escritos, para a formação da memória histórica, geográfica, cultural e científica de Goiás.

Entre os 18 novos membros empossados contam-se doutores, mestres, especialistas e profissionais de diversas áreas do conhecimento, a quem cabe dar seguimento ao trabalho científico, histórico, geográfico, antropológico e cultural de figuras como Amália Hermano Teixeira, Colemar Natal e Silva, Antônio Teixeira Neto e José Ângelo Rizzo, para ficar em apenas alguns dos que já se foram.

Cabe a nós do IHGG, juntamente com a Sociedade Goiana de História da Agricultura (e membros de cerca de outras trinta instituições parceiras) ombreamos e concretizarmos, neste e nos próximos dois anos, a reflexão e a ressignificação da História de Goiás, através do Projeto GOIÁS +300 , em que cerca de três centenas de pesquisadores estão realizando pesquisas que propiciarão a publicação de vinte livros: de História - stricto sensu ; Geografia; Memória e Patrimônio; Literatura; Música; Agricultura; Alimentação e Saúde; Direito e Justiça; Povos originários; Povos de origem afro; Artes Plásticas; Medicina; Mulher; Direitos Humanos, dentre outros.

Em tempos de terraplanismos e outras pirotecnias pseudocientíficas, é cada vez mais necessário nos pautarmos pelos exemplos do professor Horieste Gomes - estrela maior de uma constelação de grandes mestres da Geografia; de Altair Sales Barbosa, e sua luta pela preservação da água, do Cerrado e dos povos originários em seus territórios; de Martiniano José da Silva, que na lonjura de seu quinhão, em Mineiros, denuncia o "racismo à brasileira", luta pela afirmação dos povos afrodescendentes e suas formas de resistência, e deixa registrada a história dos quilombos; de Eurico Barbosa dos Santos - o grande tribuno - e sua resiliência na denúncia à ditadura e ao arbítrio, e a defesa da democracia por onde passou: na **Assembleia Legislativa de Goiás**, no **Tribunal de Contas do Estado de Goiás**, nos maiores jornais goianos, e na Academia Goiana de Letras.

Não poderíamos nos esquecer do poeta e crítico Gilberto Mendonça Teles, que há 55 anos leva o nome de Goiás e do IHGG aos grandes centros do Brasil, seja através de seus mais de 70 livros de reconhecido valor, seja por suas palestras e aulas na PUC-Rio, Universidade Federal Fluminense e outras pelo país e até pelo mundo.

Em circunstâncias de flagrante negacionismo - como a da óbvia eficácia das vacinas -, nós, do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, não podemos nos furtar a participar dos debates de temas nacionais e de Goiás, de escopo social, ambiental, científico, cultural e até político, sob pena de nos dissociarmos dos fins que se espera de uma instituição científica e cultural; e perdermos o respeito da sociedade e dos congêneres em Goiás e no Brasil.

Desse debate não se furtaram luminares que enriqueceram esta Casa no passado (cada qual em sua área), como Bernardo Élis, Colemar Natal e Silva, Jarmund Nasser; Jarbas Jayme; José Asmar; José Luiz Bittencourt; José Mendonça Teles; Marilda Godoy de Carvalho; Leóldio Di Ramos Caiado; Mauro Borges Teixeira; Mário de Alencastro Caiado; Modesto Gomes; Nelly Alves de Almeida; padre José Pereira de Maria; padre Ruy Rodrigues; Paulo Bertran; Regina Lacerda; Rosarita Fleury; Sebastião Fleury Curado; Ursulino Leão e Waldir Castro Quinta, dentre outros.

É mister também que todos os membros do IHGG sejamos conhecidos pela defesa do Estado Democrático de Direito, independentemente do posicionamento ideológico - de liberal a socialista - ou político-partidário. É da decência civilizatória que membros de uma sociedade científica abominem teses golpistas contra o Estado Democrático, toda forma de discriminação de minorias, preconceitos e abandono dos ideais de Liberdade, Isonomia e Cidadania, que devem nortear a sociedade brasileira.

É oportuno lembrar a epígrafe que o padre Luiz Gonzaga de Camargo Fleury - patrono do IHGG - escreveu em 1831, como diretor e editor do primeiro jornal de Goiás, A Matutina Meiapontense: "Os reis só são legítimos quando governam pela Constituição". E ainda: "O direito de resistência é direito público de todo povo livre". Que todos os membros do IHGG tenham como parâmetro as instruções de seu patrono, Cadeira 51, que participou ativamente dos principais eventos culturais, sociais e político-administrativos de seu tempo.

Queremos parabenizar a atual Comissão Permanente de Avaliação, nas pessoas de seu presidente Nilson Jaime, e dos membros Abílio Wolney Aires Neto e Pedro Nolasco de Araújo, pelo primoroso trabalho desenvolvido no processo de seleção dos 15 membros titulares e quatro correspondentes e respectivo Parecer; e Bento Alves Araújo Jayme Fleury Curado (presidente), que juntamente com os membros Waldomiro Bariani Ortêncio e Elisabeth Abreu Caldeira Brito, constituíram a Comissão anterior, que fez a avaliação de outros três membros titulares e seis correspondentes ora empossados, impedidos de se

efetivarem, à época, por causa da pandemia.

Agradecemos aos 29 membros do IHGG que, representando a todos os demais sócios, participaram da Assembleia Geral do último dia 30/06 e votaram em nossos nomes para compor esta Egrégia instituição. Foi uma eleição democrática, isenta, pautada em critérios objetivos, que elegeu membros com inquestionável qualidade técnica.

Queremos parabenizar o presidente Jales Guedes Coelho Mendonça e toda a diretoria do IHGG pelo exemplar trabalho de gestão cultural que vêm desenvolvendo. Em pouco mais de um ano à frente do Instituto, o doutor em História e promotor de Justiça demonstra singular capacidade de gestão, visão estratégica e pendores administrativos notáveis. As realizações substanciais em tão pouco tempo de gestão mostram que acertou o ex-presidente Geraldo Coelho Vaz ao indicá-lo para presidente, na chapa eleita para gerir esta instituição nos quatro anos em que são comemorados os noventa anos da entidade. Obrigada, presidente Jales Mendonça, por nos receber e por elevar o IHGG à categoria de um dos grandes institutos históricos e geográficos do Brasil.

É nosso compromisso com a presidência e com todos os sócios participar assídua e cotidianamente das realizações, eventos e publicações do IHGG. Nesses novos tempos de interação online queremos contribuir com a instituição escrevendo artigos, participando de debates e discutindo com nossos pares e Diretoria, com as Universidades e a Sociedade, os grandes temas de Goiás e do Brasil.

* Tereza Caroline Lobo é socióloga, mestre e doutora em Geografia pela Universidade Federal de Goiás.

Site: <https://www.aredacao.com.br/artigos/172361/ihgg-e-compromissos-com-a-sociedade>

Concurso - GIRO

CAIO HENRIQUE SALGADO

CONCURSO - O **TCE-GO** decidiu criara bandeira da instituição. A participação é livre para qualquer interessado da sociedade e está prevista premiação em dinheiro. As inscrições foram abertas na segunda (1).

TEM MAIS - O TCE também abriu seu segundo concurso de fotografias, voltado apenas para seus funcionários.

Site: <https://opopular.com.br/noticias/politica/coluna-giro-1.145054/qg-de-caiado-projeta-coliga%C3%A7%C3%A3o-com-11-partidos-1.2503421>